

Jornal Senado Mulher

Informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Senado aprova inclusão do feminicídio no Código Penal

Na última sessão deliberativa do Plenário em 2014, parlamentares acataram em 18 de dezembro proposta que inclui o feminicídio no Código Penal como circunstância qualificadora de homicídio.

O PLS 292/2013 foi sugerido no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que em 2013 investigou a violência contra a Mulher no Brasil.

A relatora Gleisi Hoffmann (PT-PR) aceitou emenda apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para prever o aumento de pena em 1/3 à metade quando o crime for praticado contra gestante ou nos três meses posteriores ao parto; menor de 14 anos ou e a maior de sessenta anos; mulher com deficiência e na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Para Vanessa, trata-se do justo reconhecimento de que o óbito é a expressão maior da violência contra as mulheres. Há uma escalada de agressões que envolvem abusos físicos, emocionais e até coações sexuais. Ela citou dados do IPEA que indicam ter havido em média entre 2009 e 2011 no Brasil 5.664 mortes de mulheres por causas violentas, o que significa 472 por mês e 15 a cada dia.

O texto aprovado determina pena de 12 a 30 anos de reclusão para o homicídio praticado contra a mu-



Moreira Matiz/Agência Senado

Senadoras comemoram a aprovação do projeto.

lher por razões de gênero, quando houver violência doméstica ou familiar, violência sexual, mutilação da vítima ou emprego de tortura.

Países da América Latina e Central já incorporaram a figura do feminicídio em suas leis penais. São eles: México, Chile, Costa Rica, Peru, Guatemala, Nicarágua, Venezuela e El Salvador.

O texto foi encaminhado da Secretaria de Expediente do Senado Federal para a Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados para tramitação naquela Casa.

A sessão foi acompanhada por feministas e entidades de movimentos sociais.

Especialista indica a coragem como forma de enfrentar o assédio sexual

Para Luiza Nagib Eluf, Procuradora do Estado de São Paulo e convidada do Projeto Quintas Femininas de 27 de novembro, a mulher sempre foi ensinada a ter medo. Segundo ela, a melhor forma de conquistar dignidade enquanto cidadã de direitos é “vencer o medo e juntar provas contra os agressores”.

A carência de discussão legislativa em relação às matérias que fazem referência à violência contra a mulher foi destacada pela consultora do Senado na área de Direitos Humanos Maria da Conceição Lima Alves. Segundo ela,

isso se deve a uma relação direta com a baixa representatividade da mulher no Parlamento.

“Assuntos que dizem respeito às mulheres vão ser mais bem tratados quando a gente tiver um sistema representativo que tenha uma cara mais feminina, que seja menos um retrato masculino, patriarcal, porque quem pode trazer as causas da gente para dentro dessas Casas somos nós mesmas. Os homens são aliados, mas só quem vai fazer avançar isso é a participação das mulheres”, concluiu.

O debate foi coordenado pelo Dr. Rodrigo Martins Brum, diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Luiza Nagib Eluf

Campanha 16 Dias de Ativismo é lançada em Sessão Solene do Congresso Nacional

O Plenário do Senado Federal ficou lotado de lideranças políticas, oficiais femininas da Marinha e da Aeronáutica e de representantes de entidades da sociedade civil. Mulheres vindas de várias regiões do Distrito Federal e também de outros estados trouxeram apoio à campanha “16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, que nesta edição traz o lema “Você pode cometer vários tipos de violência sem perceber”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Mesa diretora da Sessão Solene da Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Procuradora da Mulher no Senado, presidiu a sessão ao lado das senadoras Ângela Portela (PT-RR), Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos, Marta Suplicy (PT-SP) e Ivonete Dantas (PMDB-RN); das deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG), coordenadora da Bancada Feminina no Congresso Nacional; Maria do Rosário (PT-RS), ex-ministra da Secretaria dos Direitos Humanos; Elcione Barbalho (PMDB-PA), Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados; da senadora Ideli Salvatti, atual ministra da Secretaria de Direitos Humanos; Vanessa Leão, secretária da Mulher do Distrito Federal e da ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira, presidente do Superior Tribunal Militar (STM).

Antes do início dos trabalhos, a canção “Super Homem”, de Gilberto Gil, foi interpretada por Célia Porto, que se apresentou ao lado do violinista Rênio Quintas, recebendo aplausos entusiasmados do público.

Criada em 1991 em favor do fim das agressões às mulheres pelo Centro de Liderança Global de Mulheres em Nova Jersey-EUA, a campanha conta com a adesão de cerca de 150 países. O período marca o intervalo entre 25 de novembro, Dia Internacional de Não

Violência contra as Mulheres e 10 de dezembro, Dia Internacional de Direitos Humanos. O Brasil participa da campanha desde 2003 e em 2014 antecipou seu lançamento para 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Ao citar dados das Nações Unidas, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a necessidade de manter o combate à violência na agenda pública. Segundo ela, pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante a vida. No Brasil, 23% das mulheres são sujeitas à violência doméstica, praticada por pessoas próximas, sendo essa a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade. “O agravante é que a violência doméstica chega a matar mais do que muitas doenças, como câncer ou até mesmo acidentes de trabalho. O nome dado a esses assassinatos é feminicídio, como mostra o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que já vitimou pelo menos 50 mil mulheres no Brasil”, revelou.

A compreensão do sentido mundial da campanha e o olhar do Brasil para as mulheres em situação de opressão em todos os países foram lembrados pela deputada Maria do Rosário (PT-RS): “Hoje nos sentimos irmanadas às meninas e às mulheres sequestradas por grupos fundamentalistas e as que sofrem estupros diante de circunstâncias de guerra e as migrantes que trilham o mundo para defender seus filhos e filhas da violência”.

A presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher do DF, Olgamir Amancia, enalteceu o Parlamento brasileiro por encampar a luta das mulheres: “ao acolher essa demanda, o Congresso Nacional se coloca para desnaturalizar algo que se esconde e que responde pela morte das mulheres. Não só a morte física, mas também a morte cotidiana, psicológica e a violência moral que se materializa ainda nas relações e precisa ser enfrentada”.

O fato de a violência ser a capacidade de anular o ser humano nos seus sentimentos enquanto pessoa e a consequente falta de liberdade foram destacadas pela deputada e psicóloga Erika Kokay (PT-DF): “nós mulheres vivemos muito esse processo de desumanização construído ao longo da história, mas nossa luta nos faz capazes de pegar a vida pelas mãos e transformá-la”.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) levou ao plenário a boa informação sobre a aprovação naquela data na Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto da senadora Marta Suplicy (PLS nº113/2012), relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O texto acrescenta entre os objetivos da Assistência Social o amparo à mulher vítima de violência. Segundo ela, a proposta faz muita diferença nas políticas públicas dirigidas às mulheres.

Marta Suplicy (PT-SP), por sua vez, esclareceu a importância do projeto mencionado pela senadora Gleisi que permite dar assistência à mulher em situação de vulnerabilidade extraordinária na tentativa de resgatá-la para a vida, reconstruir sua autoestima e o seu papel para ela própria passar a ser alguém merecedora de respeito. “Depois de anos apanhando, essa mulher vítima de violência não se acha mais nada. A assistência do Estado tem que dar tanta importância a ela quanto dá para a pessoa idosa e a com deficiência”.

Diversas autoridades que passaram pela tribuna destacaram a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) como um dos principais avanços nos direitos das mulheres nos últimos anos. Para a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), a lei demonstra que o Estado e a sociedade não aceitam que as mulheres sejam torturadas e espancadas no ambiente doméstico. “Trata-se de uma conquista extraordinária, referência de legislação de defesa da mulher no mundo”, disse.

A campanha “Quem ama não mata”, veiculada na década de 1980, foi lembrada por Jô Moraes (PCdoB-MG). Segundo ela, naquele momento a questão da violência passou a ser tratada como fenômeno fora do espaço privado. Ela disse que trinta e quatro anos depois, após uma longa trajetória de lutas e conquistas, as mulheres permanecem unidas em favor da denúncia e contra a impunidade.

Ao encerrar os trabalhos, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cumprimentou o auditório em agradecimento e convocou a metade feminina da população para fazer germinar novas sementes de compreensão e reconhecimento do valor das mulheres: “para que o respeito e a eliminação das desigualdades se concretizem no menor espaço de tempo possível”, finalizou.

Estiveram presentes: senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Anibal Diniz (PT-AC); deputadas Keiko Ota (PSB-SP), Luciana Santos (PCdoB-PE), Cida Borghetti (PROS-PR), Nilmar Ruiz (PEN-TO), Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), Marinha Raupp (PMDF-RO) e Fátima Pelaes (PMDB-AP). Sra. Beatriz Cruz da Silva, representando o Ministro da Justiça; Olgamir Amancia, presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher do DF; Maria das Neves, da União de Juventude Socialista (UJS); o juiz Bem-hur Viza, coordenador do Centro de Resolução de Conflitos e Cidadania da Mulher em situação de violência do Tribunal de Justiça do DF; Thiago Pierobom, membro do Conselho Nacional do Ministé-



Cartaz da Campanha iniciada em novembro.

rio Público; Bárbara Melo, presidenta da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); Aparecida Gonçalves, representando a ministra Eleonora Menicucci; Lucia Rincon, coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM); Ângela Guimarães, presidente do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Sheila Tussi, da Confederação nacional dos Trabalhadores do Comércio; Kátia Cubel, profissional de Comunicação do TSE; Santa Alves, da União de Negros pela Igualdade (Unegro); Lucinha do MST, secretária de Políticas para as Mulheres da Bahia.

Parcerias

Reconhecimento especial foi feito ao grupo executor da campanha: Correios, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), ONU Mulheres, Ministério da Justiça, Sistema Único de Saúde (SUS), Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, Central Única dos Trabalhadores, Conselho Nacional do Ministério Público, União Brasileira de Mulheres (UBM), Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, Secretaria de Gênero da Associação de Magistrados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, União da Juventude Socialista (UJS), Banco Mundial, Ministério Público Federal, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Convenção de Belém do Pará + 20, Nova Central, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Secretaria da Mulher do DF e Campanha Compromisso e Atitude.



“Ninguém tem o direito de humilhar, bater, violentar ou maltratar o outro - a outra geralmente - por nenhum motivo.”

Há 23 anos mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (Center for Women’s Global Leadership), iniciaram a Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. O período escolhido para a Campanha é simbólico, já que se inicia no dia 25 de novembro - Dia Internacional de Não Violência Contra as Mulheres - e finaliza em 10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos. Cerca de 150 países desenvolvem a campanha. No Brasil, ela é realizada desde 2003 por meio de ações de mobilização e esclarecimento sobre o tema.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que uma em cada quatro mulheres é vítima de abusos sexuais por seu parceiro. Quase a metade das mulheres que morrem por homicídio é assassinada pelo ex ou atual parceiro. A violência contra mulheres assume diversas formas: agressão física, sexual, assédio psicológico, coerção, entre outras.

A violência contra a mulher é uma violação aos direitos humanos, apesar de uma vida sem violência ser um direito assegurado pela Constituição Federal, por convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, pela Lei

Maria da Penha, pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Dizem sempre que, em briga de marido e mulher, não se deve meter a colher. Eu digo que sim, que, em briga de marido e mulher, se deve, sim, meter a colher, porque um tapa hoje pode significar um tiro ou uma facada amanhã. Um grito de uma mulher, que um vizinho ouça e sobre o qual diga que “em briga de marido e mulher eu não me meto”, pode significar a perda de uma vida dali a pouco.

A Campanha dos 16 dias de Ativismo e datas como 25 de novembro são fundamentais para mobilizar a sociedade e refletir a respeito do combate a todas as formas de violência contra mulheres.

Ninguém tem o direito de humilhar, bater, violentar ou maltratar o outro - a outra geralmente - por nenhum motivo. Portanto, vamos exigir que se cumpra sempre: os nossos direitos que são absolutamente iguais!

Ana Rita

Senadora da República pelo PT-ES e relatou a CPMI da Mulher do Congresso Nacional

O assédio moral nas relações de trabalho

O assédio moral nas relações de trabalho não é um fenômeno recente. No Brasil, estima-se que atinja 36% da população economicamente ativa. Pesquisa realizada pela médica do trabalho Margarida Barreto, da PUC de São Paulo, entre 2001 e 2005, mostrou que de um universo de 42,4 mil trabalhadores de empresas públicas, privadas, governos e organismos não-governamentais, 10 mil haviam sofrido algum tipo de humilhação no trabalho.

O assédio moral caracteriza-se pela repetição prolongada e intencional de gestos, palavras (orais ou escritas) ou comportamentos de natureza psicológica que expõem o(a) trabalhador(a) a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhe causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que têm o objetivo de excluí-lo da sua função ou de deteriorar o seu ambiente de trabalho.

Tal violência atinge todos os trabalhadores, independentemente de cor, raça e etnia. Entretanto, as

questões relacionadas a gênero e raça são importantes para determinar as condições de igualdade no ambiente profissional. Analisar o assédio moral sob a perspectiva da violência contra a mulher significa reconhecer que ainda persistem muitas formas de discriminação de gênero na cultura organizacional das instituições. Segundo o Ministério do Trabalho, além do gênero, a questão racial influencia a prática do assédio moral, de modo que as mulheres negras são as vítimas mais frequentes.

As consequências dessa forma de violência são graves e tendem a se acentuar com o tempo. É preciso conscientizar pessoas e instituições de que a harmonia nas relações de trabalho deve ser promovida mediante políticas preventivas e repressivas voltadas a preservar os direitos fundamentais dos(as) servidores(as) públicos(as) e dos(as) empregados(as).

Gabrielle Tatith Pereira

Advogada do Senado Federal

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Milena Flores

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Claudio Portella, Secom/Jornal do Senado

Textos e edição: Rita Rebelo

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal, anexo 2, primeiro andar

Praça dos Três Poderes. CEP: 70165-900. Brasília-DF

Telefone: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www.senado.leg.br/procuradoria